

4 Conclusão

Comparando as narrativas nacionais construídas no IHGB e no IAGP, pudemos perceber muitas semelhanças entre os dois institutos. Uma delas foi o esforço em produzir discursos homogêneos, preocupados em forjar a identidade nacional e em reforçar a idéia da ordem pública. Isso pôde ser constatado na maneira como os argumentos foram reapropriados nas obras que trataram o tema Insurreição Pernambucana de 1817.

No contexto das comemorações do centenário do evento, em 1917, a tendência geral dos textos e discursos dos membros dos dois institutos foi situar 1817 como um prenúncio da Independência e da Proclamação da República. Essa espécie de “solução”, encontrada para afastar o conteúdo separatista do movimento, visou enquadrar a experiência republicana ocorrida no começo do século XIX, inserindo-a no novo universo cívico da nação republicana, em pleno processo de reestruturação.

Aos grupos dirigentes nacionais interessava apoiar iniciativas que pudessem auxiliar no processo de legitimação do novo regime político. Reestruturar a escrita da história, adequando novos eventos e heróis às necessidades do presente, fazia parte de um processo maior que incluía a tomada de iniciativas como o redimensionamento do calendário das festas cívicas oficiais e a readequação dos símbolos nacionais, como monumentos, bandeiras, hinos, etc.

Nesse sentido, a comemoração dos cem anos de 1817 surgiu como oportunidade para reforçar o projeto dos grupos dirigentes de construção de um imaginário republicano. Era fundamental estabelecer a imagem de uma vocação brasileira ao novo regime. Assim, o esforço de vários políticos e intelectuais da época foi o de forjar um ideal republicano, já presente, de forma embrionária, em vários acontecimentos do passado, como na Conjuração Mineira e na Insurreição Pernambucana de 1817. Como forma de estratégia, esses e outros eventos passaram ser representados como experiências precursoras da República. Sem sombra de dúvida, um dos grandes desafios do Estado republicano, nesse processo de reconstrução do ideário nacional, era conciliar os diferentes interesses políticos provindos das várias regiões do país.

Tanto o IHGB quanto o IAGP aderiram a esse projeto que visava suprir às necessidades de legitimação do novo regime político. O IHGB, por causa de suas íntimas relações com o Estado, condição que permaneceu mesmo depois da queda do regime monárquico. O IAGP, porque interessava a positivação dos eventos históricos pernambucanos. A República significou a oportunidade perfeita para esse empreendimento. Os eventos pernambucanos, notadamente àqueles de conteúdo republicano, poderiam ser entronizados como símbolos fundamentais da nação republicana.

Em todo esse processo que envolveu políticos e intelectuais da época, outros temas da história nacional também foram ressignificados, como a Restauração Pernambucana, a Conjuração Mineira, a Independência e a Confederação do Equador. O novo direcionamento da historiografia dos Institutos históricos conduziu a um movimento de acomodação entre o passado monárquico e o presente republicano, com a intenção de se produzir discursos uníssonos e homogêneos.

No caso específico dos eventos pernambucanos, pudemos identificar muitos pontos comuns contidos nos discursos do IHGB e do IAGP. Em relação à Restauração, por exemplo, os dois Institutos mostraram a intenção de vincular esse episódio, à idéia da existência de um prenúncio da nacionalidade brasileira. Isso pôde ser verificado no argumento da ausência do auxílio dos portugueses em reaver os seus domínios na região, apregoados nos discursos dos dois institutos. Também pudemos observar que ambos enfatizaram a tese da luta dos brasileiros para expulsar o inimigo batavo. No caso do Instituto Pernambucano, utilizava-se, mais freqüentemente, a idéia da precocidade de Pernambuco na defesa dos interesses nacionais, haja vista o seu compromisso maior no destaque aos feitos pernambucanos.

Em relação aos eventos de 1817 e de 1824 (Confederação do Equador) também pudemos identificar algumas intersecções importantes nos textos do IHGB e do IAGP. Em ambos os discursos, pudemos observar a intenção de desvincular o caráter separatista desses movimentos. Na medida em que a República precisava se legitimar enquanto novo sistema político, tornava-se inevitável a positivação desses eventos de inclinação republicana. Tal perspectiva mostrou-se, ainda mais evidente, nos discursos do IHGB, que tiveram que

redimensionar os seus antigos postulados históricos, a fim de garantir a sua própria sobrevivência e adequar-se aos novos tempos republicanos.

Em relação ao caso específico da Confederação do Equador, pudemos perceber uma maior relutância, por parte da historiografia do IHGB, em assentir a importância do evento. Ao confrontarmos os discursos relativos à Confederação com os discursos que trataram de Dezesete, por exemplo, pudemos verificar que o IHGB se sentia mais à vontade para aderir à tese da presença da nacionalidade, tendo por base um evento como 1817, que ocorrera antes da Independência. Enquanto Dezesete podia enquadrar-se, mais facilmente, no argumento dos eventos precursores das idéias de liberdade e de autonomia nacional, a Confederação do Equador significava um exemplo mais evidente da insubordinação à ordem imperial ocorrido no passado. O esforço para disfarçar o caráter sedicioso de 1824 teve que ser muito maior.

Por outro lado, ao observarmos os discursos do Instituto Pernambucano pudemos verificar uma disposição muito maior em enfatizar a importância dos eventos pernambucanos, notadamente nos discursos posteriores à implantação da República. Embora a grande parte dos textos da *Revista do IAGP* tenha se proposto a tratar do tema Restauração, pudemos verificar, depois da queda do Império, um grande esforço da Instituição em entronizar os heróis que atuaram nos eventos republicanos do início do século XIX.

Diferentemente do IHGB, o Instituto Pernambucano compreendia a Confederação do Equador como um desdobramento de Dezesete, um amadurecimento de questões não resolvidas com a instauração do Império. Essa postura se mostrou bastante clara nos discursos do centenário da Confederação, que se esforçaram para delinear os eventos pernambucanos em uma seqüência lógica e ordenada de fatos.

Apesar dos muitos pontos em comum entre os discursos dos dois Institutos, também pudemos observar várias discordâncias. Uma delas pôde ser observada nas interpretações acerca da Conjuração Mineira. Enquanto o IHGB esforçava-se em situar esse evento como o prenúncio da identidade nacional brasileira, o IAGP adotava a tática do rebote a essa tese. Em grande parte dos discursos do Instituto Pernambucano, pôde ser constatada a intenção de questionar o prestígio que, na época, se buscava conferir à Conjuração Mineira e à figura de Tiradentes. Tal

perspectiva pôde ser observada no esforço constante de vários intelectuais ligados ao IAGP, empenhados em levantar a bandeira dos “heróis nacionais pernambucanos” como André Vidal, Henrique Dias, Felipe Camarão, Bernardo de Vasconcelos, Miguelinho, Padre Roma e Frei Caneca.

Em algumas dessas vozes dissonantes do Norte, pudemos perceber a crítica direta ao poder público que optou por eleger Tiradentes, o herói nacional da República. Esse foi o caso, por exemplo, de José Domingos Codeceira, que, na época em que se instituiu o feriado nacional de 21 de abril, protestou veementemente quanto à legitimidade da homenagem à Conjuração. Em outros autores, pudemos perceber um discurso mais conciliador, ancorado na intenção de inserir os heróis pernambucanos na seleta galeria de heróis nacionais republicanos. Esse foi o caso de intelectuais como Manuel de Oliveira Lima, que, embora também tenha apregoado a importância do reconhecimento aos heróis e eventos pernambucanos, não deixava de reconhecer o valor de outros ícones da história nacional, como Tiradentes e José Bonifácio.

Outro exemplo de divergência entre o IHGB e o IAGP pôde ser observado nos discursos proferidos em razão dos cem anos da Independência. Enquanto o IHGB se encarregou de produzir textos, eventos e conferências para celebrar a grande importância do evento, o Instituto Pernambucano preferiu adotar a tática do silêncio. Pouco se pronunciou sobre o assunto Independência na *Revista do IAGP* de 1922. Ao invés de aderir às celebrações comemorativas do centenário do evento, o Instituto Pernambucano preferiu a estratégia de sublinhar a importância de Dezanove, como uma espécie de protesto contra os holofotes apontados para a efeméride de Vinte e Dois. Se apenas alguns anos antes, nos cem anos de Dezanove, o IAGP havia se empenhado, com todas as suas forças, para promover um conjunto de homenagens e publicações sobre o assunto, em 1922, a idéia era, antes de tudo, apontar Dezanove como o início do processo de Independência.

Nos discursos do IHGB, procurava-se dar ênfase ao papel desempenhado pelos “heróis da Independência”, representados por figuras emblemáticas como D. João VI, D. Pedro I e José Bonifácio. Outra figura sempre prestigiada pelo IHGB era a de D. Pedro II. A desagregação do Império não foi suficiente para manchar a imagem daquele que havia sido o principal incentivador das pesquisas empreendidas pelo Instituto. Em 1925, ano do aniversário dos cem anos do seu

nascimento, o IHGB publicou um número especial em sua homenagem. Utilizando esse espaço, diversos autores se dedicaram a destacar os predicados de D. Pedro II. Ficava claro que, apesar de o IHGB ter se preocupado em readequar a sua historiografia aos novos tempos republicanos, alguns símbolos e heróis cultivados no Império teriam que conviver, de forma harmônica, com os novos mitos políticos entronizados na República. Configurava-se assim, uma espécie de pacto entre tradição e modernidade, que conjugava várias permanências e poucas rupturas.

O medo de incentivar um modelo nacional excessivamente “liberal” ou “democrático”, certamente influenciou as idéias de boa parte da intelectualidade da época. Ao mesmo tempo em que era preciso redefinir o modelo de escrita das narrativas nacionais, haja vista às novas demandas por maior representação política do povo, tornava-se evidente a preocupação de frear os possíveis excessos advindos desse novo ideário

A preocupação em forjar a idéia da participação do povo nos eventos considerados mais importantes da história nacional apresentou-se como uma das soluções para resolver esse problema. A influência de autores internacionais como Ernest Rénan e Jules Michelet pôde ser observada em vários intelectuais brasileiros envolvidos no projeto de reescrita da história nacional. Como inventores da nação republicana, eles procuraram identificar os símbolos nacionais a um certo discurso da “vontade geral”, assumindo, muito tímida e parcialmente, o discurso da ampliação das liberdades “democráticas”.

O revisite ao evento pernambucano de 1817, no contexto de seu centenário, utilizou-se muito desse argumento, já que, o movimento ocorrido no século XIX, contou com a participação expressiva de setores sociais marginalizados. A idéia da “vontade geral” era utilizada, nos textos e discursos comemorativos, como estratégia para controlar os possíveis excessos da coletividade. Era preciso legitimar a ordem política do presente, sem, no entanto, incitar ou autenticar qualquer forma de radicalismo. A idéia era utilizar o clima favorável à afirmação dos valores cívicos, em que muito tenha corroborado a influência da Primeira Guerra Mundial, para auxiliar no controle aos possíveis “excessos” da massa social. Os ícones e símbolos da história nacional deveriam trabalhar a favor de uma ordem política harmônica e ordeira.

De modo geral, o que percebemos, ao analisar os discursos dos muitos intelectuais daquela época, é que os projetos de nação engendrados pelos institutos históricos e geográficos estiveram estreitamente relacionados aos projetos políticos de cada região. Assim, no Instituto Histórico e Geográfico Paulista buscou-se o realce do papel desempenhado pelos bandeirantes no cenário da história nacional. No Instituto Histórico e Geográfico Mineiro endossou-se a postura do IHGB em prestigiar o papel de Tiradentes e da Conjuração Mineira. Entre os Institutos Históricos da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, foram interpostas grandes disputas acerca da posse dos heróis da Restauração Pernambucana. E, entre o IHGB e o IAGP, pudemos verificar as tensões e as contendas pelo direito de representar o berço da nação brasileira, como vimos ao longo do nosso trabalho.

Enfim, em torno desses debates que envolviam o controle da história e da memória nacionais, figurou a confecção de distintas narrativas nacionais na Primeira República brasileira. O controle sobre tais eventos, datas pátrias e símbolos nacionais configurou-se numa moeda de troca importante para um jogo tenso de diferentes interesses políticos. Nessa perspectiva, a história deveria cumprir a sua função eminentemente pedagógica; ser edificadora de exemplos e lições morais; ser contada através de narrativas coerentes e de fácil assimilação. Os grandes heróis protagonistas das narrativas históricas deveriam cumprir o seu papel essencial - servir de modelo de conduta à coletividade.